



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CONTRATO Nº 022 /2013

PROCESSO Nº 201300004020569 -
REFERENTE A AQUISIÇÃO DE 16
(DEZESSEIS) ASSINATURAS ANUAIS
COMPLETAS DO JORNAL O POPULAR, PARA
ATENDER A SECRETARIA DE ESTADO DA
FAZENDA POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE)
MESES, QUE ENTRE SI CELEBRAM O
ESTADO DE GOIÁS POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, E A
EMPRESA **J. CÂMARA & IRMÃOS S/A**, NA
FORMA ABAIXO:

O **ESTADO DE GOIÁS**, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado, nos termos do § 2º do art. 47 da Lei Complementar nº 58/2006, alterada pela Lei Complementar nº 95/2012, pelo Procurador do Estado, Chefe da Advocacia Setorial da Secretaria de Estado da Fazenda, **DR. TOMAZ AQUINO DA SILVA JÚNIOR**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/GO sob o nº 23.510, CPF nº 878.729.431-15, residente e domiciliado nesta capital, com a interveniência da **SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.409.655/0001-80, com sede à Avenida Vereador José Monteiro de Lima, nº 2.233, Complexo Fazendário Meia Ponte, Setor Nova Vila, nesta capital, indicada simplesmente **CONTRATANTE**, ora representada pelo seu titular, **Sr. SIMÃO CIRINEU DIAS**, brasileiro, portador do RG nº 441.928 SSP/MA, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 004.476.253-49, domiciliado em Brasília-DF, e do outro lado a empresa **J. CÂMARA & IRMÃOS S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 01.536.754/0001-23, com sede à Av. Thomas Edson, 400, Qd. 07, Setor Serrinha, Goiânia - Goiás, neste ato denominada, de agora em diante, simplesmente **CONTRATADA**, por seus representantes legais ao fim assinados, o **Sr. RONALDO BORGES FERRANTE**, brasileiro, empresário, devidamente inscrito no CPF/MF nº 486.987.688-49, portador do RG nº 6.314.595 - SSP-SP, e o **Sr. BRENO MACHADO**, brasileiro, engenheiro eletrônico, inscrito no CPF/MF nº 081.286.558-84 e portador do RG nº 1828004 SSP-GO, ambos residentes e domiciliados nesta capital, resolvem celebrar o presente contrato para **AQUISIÇÃO DE 16 (DEZESSEIS) ASSINATURAS ANUAIS COMPLETAS DO JORNAL O POPULAR**, conforme procedimento de **Inexigibilidade de Licitação** fundamentada no artigo 25, *caput*, da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, objeto do Processo Administrativo nº 201300004020569, de 10/04/2013, estando as partes sujeitas à Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, Lei Estadual nº 17.928, de 27 de dezembro de 2012 e demais normas vigentes à matéria e às cláusulas e condições seguintes:



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a aquisição de 16 (dezesseis) assinaturas anuais do Jornal O Popular para atender a Secretaria de Estado da Fazenda, com entrega diária de exemplares e disponibilidade de acesso do conteúdo via Internet de todos os exemplares, por um período de 12 (doze) meses, todos os dias da semana, incluindo sábado, domingo e feriados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS LOCAIS DE ENTREGA

LOCAL		ENDEREÇO	QUANT EXEMPLARES
1	SEFAZ - SGPF	Av. Vereador José Monteiro, nº 2233, Nova Vila – Goiânia – GO CEP: 74.659-900	03
2	SEFAZ – Sup. da Receita		01
3	SEFAZ - STE		01
4	SEFAZ - SUPEX		01
5	SEFAZ – Gabinete do Secretário		01
6	SEFAZ – Chefia de Gabinete		01
7	SEFAZ – Secretaria Geral		01
8	SEFAZ – Corregedoria Fiscal		01
9	SEFAZ – Inteligência Fiscal		01
10	SEFAZ – Comissão de Licitação		01
11	SEFAZ – Comunicação Setorial		01
12	SEFAZ – Comunicação Setorial		01
13	SEFAZ - CAT	Rua 201, 340, Vila Nova – Goiânia – GO CEP 74.890- 610	01
14	SEFAZ – COIND. ICMS		01
TOTAL DE EXEMPLARES DIÁRIOS			16

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Parágrafo 1º – Todos os encargos decorrentes da execução deste contrato, tais como: obrigações civis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias, ou quaisquer outras, serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**.



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Parágrafo 2º – A **CONTRATADA** se obriga a cumprir os termos previstos no presente contrato e a responder todas as consultas feitas pela **CONTRATANTE** no que se refere ao atendimento do objeto.

Parágrafo 3º – A **CONTRATADA** ficará sujeita às cláusulas contratuais estabelecidas neste contrato.

Parágrafo 4º – A **CONTRATADA** ficará sujeita, nos casos omissos, às normas da Lei Federal nº 8.666/1993.

Parágrafo 5º – A **CONTRATADA** ficará obrigada a manter, durante o contrato, todas as condições de habilitação exigidas pela Lei.

Parágrafo 6º – A **CONTRATADA** obriga-se a atender ao objeto deste contrato de acordo com as seguintes especificações:

- Realizar a entrega dos exemplares nos locais indicados todos os dias da semana, inclusive sábado, domingo e feriados;
- Repor algum exemplar que por ventura não tiver sido entregue no devido local;
- Disponibilizar acesso ao conteúdo dos exemplares via internet, incluindo canal de comunicação em caso de assistência técnica e manutenção;
- Cumprir com os prazos de execução de serviço e entrega determinada neste Contrato;

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

A **CONTRATANTE** deverá:

- Exercer a fiscalização e acompanhamento dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Estadual nº 17.928/2012;
- Notificar, formal e tempestivamente, a **CONTRATADA** sobre irregularidades observadas na execução dos serviços;
- Informar qualquer mudança nos locais de entrega que por ventura possa ocorrer;
- Informar endereço eletrônico dos responsáveis para cadastro de senha para acesso do conteúdo via internet;



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

- Disponibilizar todas as informações necessárias para a correta execução dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA GESTÃO DO CONTRATO

Parágrafo 1º – Este Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, e eficácia a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo 2º – Fica designado como Gestor do Contrato o servidor Sérgio Augusto de Sousa, conforme Portaria nº 146-2013/SGPF, emitida pela autoridade competente desta Pasta, sendo que a sua substituição poderá se dar mediante nova Portaria, a ser anexada aos autos. O mesmo observará as disposições contidas no artigo 52 da Lei Estadual nº 17.928/2012.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS - O valor total anual do presente contrato de acordo com a Proposta de Preços da CONTRATADA é de R\$ 7.660,80 (sete mil, seiscentos e sessenta reais e oitenta centavos).

Parágrafo 1º – As despesas decorrentes da execução do contrato correrão neste exercício à conta da verba nº 2013.23.01.04.122.4001.4.001.03.3.3.90.39.02.00, conforme nota de empenho nº 00186, no valor de R\$ 4.788,00 (quatro mil setecentos e oitenta e oito reais), verba nº 2013.23.01.04.123.1059.1.058.03.3.3.90.39.02.00, conforme nota de empenho nº 00001, no valor de R\$ 478,80 (quatrocentos e setenta e oito reais e oitenta centavos), e verba nº 2013.23.01.04.129.1117.2.178.03.3.3.90.39.02.00, conforme nota de empenho nº 00368, no valor de R\$ 2.394,00 (dois mil trezentos e noventa e quatro reais) do vigente orçamento estadual, emitidas em 12/06/2013 pela Seção competente da Secretaria de Estado da Fazenda.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

Parágrafo 1º – A **CONTRATADA** deverá protocolizar a Nota Fiscal/Fatura correspondente ao fornecimento, no setor competente, com o Gestor do Contrato indicado pela contratante.

Parágrafo 2º – O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** em até 30 (trinta) dias após protocolização e aceitação das Notas Fiscais/Faturas correspondentes, devidamente atestadas pelo Gestor do Contrato e será creditado em conta corrente em nome da **CONTRATADA**.

Parágrafo 3º – O pagamento da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento.



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Parágrafo 4º – Para efeito de liberação do pagamento, deverá ser comprovada a regularidade jurídica e fiscal pelos documentos hábeis ou por meio do Certificado de Registro Cadastral.

Parágrafo 5º – Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado no parágrafo 2º acima, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

Parágrafo 6º – Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto perdurar pendência correspondente ou em virtude de penalidade ou inadimplência.

Parágrafo 7º – Ocorrendo atraso no pagamento em que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para o mesmo, a **CONTRATADA** fará jus a compensação financeira devida, desde a data limite fixada para pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela seguinte fórmula:

EM = N x Vp x (I / 365) onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Números de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;

Vp = Valor da parcela em atraso;

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

Parágrafo 1º – A rescisão do presente contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93,
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo 2º – A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Parágrafo 3º – A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, conforme o disposto, no que couber, nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Parágrafo 4º – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados a **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa.



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

Constituem ilícitos administrativos, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a prática dos atos previstos nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, cabendo as sanções previstas nos arts. 86 a 88 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Parágrafo 1º – Nas hipóteses previstas no “caput”, o interessado poderá apresentar sua defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do ato, sendo facultada a produção de todas as provas admitidas em direito, por iniciativa e a expensas daquele que as indicou.

a) Quando necessárias, as provas serão produzidas em audiência previamente designada para este fim.

b) Concluída a instrução processual, a comissão designada ou, quando for o caso, o serviço de registro cadastral, dentro de 15 (quinze) dias, elaborará o relatório final e remeterá os autos para deliberação da autoridade competente para aplicar a penalidade, após o pronunciamento da área jurídica.

Parágrafo 2º - Sem prejuízo do expresso no “caput”, poderão ser aplicadas, a critério do CONTRATANTE, as seguintes penalidades:

a) Em caso de inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a CONTRATADA, além das penalidades previstas no “caput”, a multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos aos seguintes limites máximos:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II – 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;

III – 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

b) Aplicação da multa ora prevista não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas em Lei.

Parágrafo 3º - Caso a Contratada pratique infrações previstas no art. 81, inciso III da lei estadual nº 17.928 de 27 de dezembro de 2012, será declarado inidôneo, ficando impedido de licitar e contratar com a Administração Estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida quando



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

ressarcida a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da respectiva sanção.

Parágrafo 4º - Para os casos não previstos no "caput", a penalidade de suspensão será aplicada, conforme determinação do art. 8 da lei estadual nº 17.928 de 27 de dezembro de 2012.

Parágrafo 5º - As sanções ora previstas poderão ser aplicadas conjuntamente às da alínea "a" do Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo 6º - Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.


CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - Ficam sujeitos, CONTRATANTE e CONTRATADA, às cláusulas contratuais estabelecidas no presente contrato, e, em casos omissos, às normas da Lei Federal nº 8.666/93.

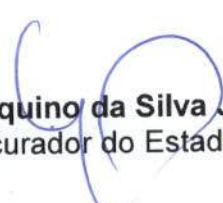
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO – Para a resolução judicial de qualquer questão pertinente ao presente contrato, fica eleito o foro desta Capital.

E, por estarem as partes desse modo contratadas foi o presente instrumento impresso em 03 (três) vias, de igual teor, que, depois de lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelos contratantes abaixo nomeadas.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, em Goiânia, aos 27 dias do mês de Julho do ano de 2013.

Contratante:


Simão Cirineu Dias
Secretário de Estado da Fazenda
Contratada **CLAUCUS MOREIRA DE ARAÚJO E SILVA**
Secretário de Estado da Fazenda em Exercício
Decreto de 11/06/2013


Tomaz Aquino da Silva Júnior
Procurador do Estado


Ronaldo Borges Ferrante
Representante Legal
J. CÂMARA & IRMÃOS S/A


Breno Machado
Representante Legal
J. CÂMARA & IRMÃOS S/A

GESTOR RESPONSÁVEL

ASSINATURA


Edgar Borges
Coordenador Comercial Final (O Popular)
Fones: (62) 3250-1384 | 9904-4649
edgar.borges@ojc.com.br